



João Diogo

JUNTA DE FREGUESIA DE CABEÇO DE VIDE

ATA N° 06

Reunião Ordinária em 18 de Março de 2026

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas, na sede da Junta de Freguesia, sita na Avenida da Libertação, n.º 45-D, em Cabeço de Vide, compareceu a Senhora Maria José Bizarro Gomes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 20.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como José Filipe Reigueira D'Oliveira e João Manuel Mourato Quintino, eleitos, por escrutínio secreto, para vogais da Junta pela Assembleia de Freguesia, em sessão realizada em 1 de novembro de 2025.-----

Abertura da Reunião – Verificando-se a presença dos membros do executivo, a presidente declarou aberta a reunião.-----

Antes da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente informou o executivo sobre diversos e-mails recebidos pela Junta de Freguesia, procedendo à sua apresentação, para conhecimento dos membros presentes.

ORDEM DE TRABALHOS: -----

Ponto Um - Propostas de Software no âmbito da Portaria 280/2025/1 de 7 de agosto (exames sem papel).

Foram analisadas as propostas de software previamente enviadas por e-mail no âmbito da referida Portaria, tendo a Junta aprovado por unanimidade a decisão de proceder à análise de outras soluções, para além das atuais soluções tecnológicas em utilização.

Ponto Dois – Proposta de Publicidade (Rede SIBS Multibanco)

Foi apresentada e discutida a proposta de publicidade. Após análise por todos os membros, a proposta foi votada contra, por não se enquadrar financeiramente no pretendido por esta Junta.

Ponto Três – Pedido de Apoio

Foi solicitado pelo Agrupamento de Escolas de Fronteira um pedido de apoio para a compra de ovos de chocolate destinados à realização de uma atividade escolar de Páscoa. A Junta apreciou o pedido e deliberou aprová-lo por unanimidade.

Ponto Quatro – Processo de Candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL – Requalificação e Modernização dos Edifícios – Sede 2026 – Juntas de Freguesia

O Secretário apresentou à Junta a proposta elaborada pelo MICEF, relativa ao processo de candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL, destinado à Requalificação e Modernização dos Edifícios – Sede. A proposta foi exposta de forma detalhada, incluindo os requisitos técnicos, o enquadramento financeiro e os objetivos estratégicos da intervenção. Após análise e discussão pelos membros, a Junta deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Ficou ainda decidido que a proposta apresentada, bem como todos os documentos anexos, serão apensos à presente ata.

Encerramento da Reunião – e por não haver mais nada a tratar, a Junta de Freguesia deliberou aprovar por unanimidade a presente ata nos termos e para os efeitos consignados nos números 2 a 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor., a qual vai ser assinada pelos membros da Junta. Foi encerrada a reunião pelas vinte e duas horas e trinta minutos.-----

A Presidente Manoel José Bizanno Gomes

O Secretário Jose Filipe Reiguerina Dôliveira

O Tesoureiro João Manuel Loureiro Monteiro

Proposta para Deliberação do Executivo



**Candidatura de Cooperação Técnica e Financeira
da CCDR-ALENTEJO/ DGAL – Requalificação
e Modernização do Edifício-Sede da Junta
Freguesia de Cabeço de Vide**

1. Introdução e Enquadramento Institucional

A Junta de Freguesia de Cabeço de Vide tem a responsabilidade de assegurar que o seu edifício-sede oferece condições adequadas, seguras, acessíveis e energeticamente eficientes para o atendimento à população e para o funcionamento administrativo.

O edifício apresenta limitações estruturais, funcionais e de acessibilidade que justificam uma intervenção de requalificação profunda.

A presente candidatura será apresentada ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL, sendo a CCDR Alentejo a entidade responsável pela instrução, análise e acompanhamento do processo, bem como pela sua submissão final à DGAL para decisão.

2. Diagnóstico da Situação Atual

A avaliação técnica identificou:

2.1. Acessibilidade

- Ausência de rampa exterior para mobilidade reduzida
- Porta de entrada manual pesada, dificultando o acesso a idosos e pessoas com limitações motoras

2.2. Patologias Construtivas

- Fissuras em paredes interiores e exteriores
- Degradação de rebocos e pinturas
- Pavimentos desgastados
- Telhado com infiltrações e zonas de degradação de telhas e estrutura

2.3. Infraestruturas Técnicas

- Instalação elétrica desatualizada
- Rede de águas e esgotos envelhecida
- Ausência de climatização eficiente
- Rede de comunicações insuficiente

2.4. Eficiência Energética e Conforto Térmico

- Caixilharias antigas sem corte térmico

- Vidros simples com fraca capacidade de isolamento
- Falta de isolamento térmico na cobertura
- Iluminação pouco eficiente

2.5. Funcionalidade

- Espaço de atendimento inadequado
- Layout interno desajustado
- Armazenamento insuficiente

3. Objetivos da Intervenção

- Garantir acessibilidade universal
- Reforçar o conforto térmico e a eficiência energética
- Modernizar infraestruturas técnicas essenciais
- Reabilitar patologias construtivas
- Melhorar o atendimento ao público
- Valorizar a imagem institucional da Junta

4. Memória Descritiva da Intervenção (Integrada)

4.1. Acessibilidade

Rampa de acesso exterior

- Construção de rampa em betão armado com revestimento antiderrapante
- Inclinação conforme DL 163/2006
- Corrimãos duplos em aço inox
- Rebaixamento de lancil e correção de cotas

Portas automáticas

- Instalação de porta automática de correr
- Sensor de movimento
- Vidro laminado de segurança

- Perfis em alumínio com corte térmico

4.2. Reabilitação Construtiva

Reparação de fissuras

- Abertura, limpeza e preenchimento com argamassa técnica
- Aplicação de rede de fibra onde necessário
- Repintura integral das superfícies

Intervenções no telhado

- Substituição de telhas partidas
- Reforço de estrutura em madeira/metal onde necessário
- Aplicação de subcobertura impermeabilizante
- Correção de pontos de infiltração

4.3. Eficiência Energética e Conforto Térmico

Substituição de caixilharias

- Caixilharia em PVC ou alumínio com corte térmico
- Vidro duplo baixo emissivo
- Estanquidade classe A

Isolamento térmico

- Aplicação de isolamento térmico na cobertura
- Eventual aplicação de ETICS em paredes exteriores (se tecnicamente viável)

Iluminação LED

- Substituição integral por luminárias LED de baixo consumo

4.4. Infraestruturas Técnicas

- Renovação da instalação elétrica
- Atualização das redes de águas e esgotos
- Instalação de climatização eficiente

- Rede estruturada CAT6

4.5. Requalificação Funcional

- Redefinição do espaço de atendimento
- Criação de zona de espera
- Aquisição de mobiliário ergonómico

5. Pedidos de Orçamento

Para garantir rigor financeiro e transparência, serão solicitados mínimo três orçamentos para:

- Rampa de acesso
- Portas automáticas
- Substituição de caixilharias
- Intervenções no telhado
- Reparação de fissuras
- Instalação elétrica
- Climatização
- Isolamento térmico
- Pinturas e reabilitação interior/exterior

Os orçamentos serão anexados ao dossier final.

6. Pedido de Verificação Técnica à Câmara Municipal

Será enviado pedido formal à Câmara Municipal de Fronteira para:

- Validação técnica da memória descritiva
- Verificação da conformidade das intervenções
- Parecer sobre o orçamento preliminar
- Indicação de eventuais elementos complementares

Este parecer será anexado à candidatura.

7. Enquadramento Financeiro

- Investimento total estimado: € _____
- Participação DGAL (60%): € _____
- Participação da Junta: € _____

8. Proposta de Deliberação

O 1.º Secretário propõe que o Executivo da Junta de Freguesia delibere:

1. Aprovar a apresentação da candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL, instruída e acompanhada pela CCDR Alentejo.
2. Aprovar a memória descritiva e o orçamento preliminar.
3. Autorizar a Presidente da Junta a solicitar orçamentos e parecer técnico à Câmara Municipal.
4. Autorizar a Presidente da Junta a proceder à submissão formal da candidatura.
5. Determinar que, após submissão, seja dado conhecimento ao Executivo e registado em ata.

Cabeço de Vide,

1º Secretário eleito pelo MICE

José Filipe Reigueria D'Oliveira

NOTA DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

1. Introdução

A presente Nota de Enquadramento Estratégico tem como objetivo contextualizar a necessidade, relevância e prioridade da intervenção “Requalificação Integral do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide”, a submeter ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL, com instrução e acompanhamento da CCDR Alentejo.

O edifício-sede constitui o principal ponto de contacto entre a população e a administração local, sendo essencial garantir condições adequadas de acessibilidade, segurança, eficiência e dignidade no atendimento.

2. Justificação Estratégica da Intervenção

A intervenção é considerada prioritária por razões estruturais, funcionais e sociais:

2.1 Acessibilidade e inclusão

- O edifício não cumpre integralmente o Decreto-Lei n.º 163/2006.
- A ausência de rampa e porta automática limita o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, idosos e cidadãos com carrinhos de bebé.
- A intervenção corrige uma falha estrutural de inclusão.

2.2 Segurança e integridade do edifício

- Existência de fissuras, infiltrações e degradação de elementos construtivos.
- Instalações elétricas e redes técnicas desatualizadas.
- Risco de agravamento de patologias caso não haja intervenção.

2.3 Eficiência energética e sustentabilidade

- Caixilharias antigas e vidros simples provocam perdas térmicas significativas.
- Falta de isolamento térmico na cobertura.
- Iluminação pouco eficiente.
- A intervenção reduz custos de funcionamento e melhora o conforto térmico.

2.4 Qualidade do atendimento ao público

- O espaço atual não responde às exigências de um serviço público moderno.
- A reorganização funcional melhora a experiência do cidadão e a eficiência interna.

3. Alinhamento com Políticas Públicas

A intervenção está alinhada com:

- **Objetivos da DGAL:** reforço da capacidade das autarquias e melhoria das condições de prestação de serviços públicos.
- **Diretrizes da CCDR Alentejo:** valorização do território, modernização administrativa e reforço da coesão social.
- **Políticas nacionais de acessibilidade:** cumprimento integral do DL 163/2006.
- **Metas de eficiência energética:** redução de consumos e melhoria do desempenho térmico dos edifícios públicos.

4. Impacto Esperado

A intervenção terá impacto direto e mensurável:

- Melhoria da acessibilidade e inclusão social.
- Redução de custos energéticos.
- Aumento da segurança e durabilidade do edifício.
- Melhoria da qualidade do atendimento ao público.
- Reforço da imagem institucional da Junta de Freguesia.
- Criação de condições adequadas para o trabalho dos colaboradores.

5. Riscos da Não Intervenção

A ausência de intervenção poderá resultar em:

- Agravamento de patologias construtivas.
- Aumento de custos futuros de reparação.
- Risco de incumprimento normativo em acessibilidade.
- Perda de eficiência energética e aumento de despesas.
- Perceção negativa por parte da população.
- Dificuldades operacionais no atendimento.

6. Conclusão

A requalificação do edifício-sede da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide é uma intervenção estratégica, urgente e alinhada com as prioridades nacionais e regionais. A candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL constitui a oportunidade adequada para garantir a execução desta obra essencial ao serviço público e à comunidade.

CRONOGRAMA DE TRABALHO

1. Objetivo do Cronograma

Este cronograma estabelece as fases, tarefas e prazos previstos para a preparação, validação, submissão e acompanhamento da candidatura ao **Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL**, garantindo organização, transparência e previsibilidade em todas as etapas.

2. Estrutura Geral do Processo

O processo está organizado em **sete fases principais**, cada uma com tarefas específicas:

1. Preparação interna
2. Orçamentos
3. Parecer técnico da Câmara Municipal
4. Dossier técnico final
5. Submissão à CCDD
6. Decisão DGAL
7. Execução da obra

3. Cronograma Detalhado

Fase 1 — Preparação Interna (Semana 1)

- Elaboração da Proposta ao Executivo
- Elaboração da Memória Descritiva Técnica
- Elaboração da Nota de Enquadramento Estratégico
- Aprovação pelo Executivo
- Organização da estrutura documental

Resultado: Autorização formal para avançar.

Fase 2 — Orçamentos (Semanas 2 a 3)

- Envio de pedidos de orçamento (mínimo 3 por categoria)
- Receção e análise dos orçamentos
- Elaboração do quadro comparativo
- Definição do orçamento consolidado

Resultado: Base financeira validada.

Fase 3 — Câmara Municipal (Semana 4)

- Envio do pedido de parecer técnico
- Entrega da memória descritiva e orçamento consolidado
- Receção do parecer técnico
- Integração de eventuais ajustes

Resultado: Validação técnica municipal.

Fase 4 — Dossier Técnico Final (Semana 5)

- Consolidação de todos os documentos
- Revisão técnica final
- Preparação do dossier unificado (PDF/Word)
- Revisão interna final

Resultado: Dossier pronto para submissão.

Fase 5 — Submissão à CCDR (Semana 6)

- Elaboração da carta de submissão
- Entrega formal do dossier
- Arquivo do comprovativo
- Resposta a pedidos de esclarecimento

Resultado: Candidatura oficialmente submetida.

Fase 6 — Decisão DGAL (Prazo variável)

- Acompanhamento do processo
- Resposta a pedidos adicionais
- Receção da decisão
- Análise das condições de financiamento

Resultado: Aprovação e autorização de financiamento.

Fase 7 — Execução da Obra (Após aprovação)

- Contratação
- Execução dos trabalhos
- Relatórios de acompanhamento
- Faturas e autos de medição
- Relatório final

- Pedido de pagamento

Resultado: Obra concluída e processo encerrado.

4. Representação Visual (Linha do Tempo)

Fase	Descrição	Prazo
1	Preparação interna	Semana 1
2	Orçamentos	Semanas 2-3
3	Parecer da Câmara	Semana 4
4	Dossier técnico final	Semana 5
5	Submissão à CCDR	Semana 6
6	Decisão DGAL	Variável
7	Execução da obra	Após aprovação

5. Conclusão

O presente cronograma assegura uma gestão rigorosa, transparente e eficiente do processo de candidatura, permitindo ao executivo acompanhar cada fase e garantindo que todos os prazos e requisitos institucionais são cumpridos.

MEMÓRIA DESCRITIVA TÉCNICA

1. Identificação da Entidade e do Projeto

Entidade Promotora: Junta de Freguesia de Cabeço de Vide

Designação da Intervenção: Requalificação do Edifício-Sede

Localização: Avenida da Libertação, Cabeço de Vide

Enquadramento: Intervenção a submeter ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL, instruída e acompanhada pela CCDR Alentejo.

2. Objeto da Intervenção

A presente memória descritiva define, de forma técnica e detalhada, as soluções construtivas e funcionais a implementar na requalificação integral do edifício-sede da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide, visando:

- acessibilidade universal
- eficiência energética
- segurança e estabilidade
- modernização técnica
- melhoria do atendimento ao público

3. Enquadramento Normativo

3.1 Decreto-Lei n.º 163/2006 – Acessibilidade **3.2** RTIEBT – Regulamento Técnico das Instalações Elétricas de Baixa Tensão **3.3** Normas de eficiência energética aplicáveis a edifícios de serviços **3.4** Normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis a obras de construção **3.5** Regulamentos municipais aplicáveis

4. Descrição Técnica das Intervenções

4.1 Acessibilidade

4.1.1 Rampa de Acesso Exterior

- Execução de rampa em betão armado com inclinação conforme DL 163/2006.
- Revestimento antiderrapante adequado a exteriores.
- Instalação de corrimãos duplos em aço inox, com alturas regulamentares.
- Rebaixamento de lancil e correção de cotas para garantir transição suave.

4.1.2 Porta Automática de Entrada

- Substituição da porta existente por porta automática de correr.
- Perfis em alumínio com corte térmico.

- Vidro laminado de segurança.
- Sistema de automatização com sensores de movimento e abertura suave.

4.2 Reabilitação Construtiva

4.2.1 Tratamento de Fissuras

- Abertura controlada das fissuras.
- Limpeza e aplicação de argamassa técnica.
- Aplicação de rede de fibra quando necessário.
- Regularização e repintura.

4.2.2 Rebocos e Pinturas

- Remoção de rebocos soltos.
- Aplicação de reboco novo com argamassa compatível.
- Pintura com tinta adequada a interior e exterior.

4.3 Cobertura

4.3.1 Substituição de Telhas

- Remoção de telhas partidas.
- Substituição por telhas cerâmicas equivalentes.

4.3.2 Subcobertura

- Aplicação de subcobertura impermeabilizante.
- Tratamento de pontos críticos de infiltração.

4.3.3 Reforço Estrutural

- Verificação da estrutura existente.
- Reforço de elementos deteriorados.

4.4 Eficiência Energética

4.4.1 Caixilharias

- Substituição por caixilharias em PVC ou alumínio com corte térmico.
- Vidro duplo baixo emissivo.

4.4.2 Isolamento Térmico

- Aplicação de isolamento térmico na cobertura.
- Estudo de viabilidade de ETICS em fachadas.

4.4.3 Iluminação LED

- Substituição de luminárias existentes por luminárias LED de baixo consumo.

4.5 Infraestruturas Técnicas

4.5.1 Instalação Elétrica

- Renovação integral da instalação elétrica.
- Quadro geral atualizado e circuitos independentes.

4.5.2 Redes de Águas e Esgotos

- Substituição de tubagens antigas.
- Melhoria de pontos de distribuição.

4.5.3 Climatização

- Instalação de unidades de ar condicionado de alta eficiência.

4.5.4 Rede Estruturada

- Instalação de rede de dados CAT6 ou superior.

4.6 Requalificação Funcional

4.6.1 Atendimento ao Público

- Redefinição do layout.
- Criação de zona de receção funcional.

4.6.2 Zona de Espera

- Criação de espaço confortável e acessível.

4.6.3 Mobiliário

- Aquisição de mobiliário ergonómico.

5. Materiais e Especificações Técnicas

Material	Norma	Unidade	Observações
Caixilharia alumínio CT	EN 14351	m ²	Corte térmico
Vidro duplo baixo emissivo	EN 1279	m ²	Isolamento térmico
LED 18W	EN 60598	un	Eficiência energética

6. Condições de Execução

- Proteção de instalações existentes.
- Cumprimento das normas de segurança e saúde.
- Limpeza final e remoção de resíduos.

7. Medições e Quantidades (sem valores)

- Rampa: ___ m²
- Caixilharias: ___ m²
- Telhado: ___ m²
- Pinturas: ___ m²

8. Conclusão Técnica

A intervenção proposta garante acessibilidade, segurança, eficiência energética e modernização funcional do edifício-sede, assegurando condições adequadas para o serviço público prestado à população.

OFÍCIO N.º ___/2026

Submissão para Deliberação – Candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL **Data:** Cabeço de Vide, 24 de fevereiro de 2026

Ex.ma Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide,

Na qualidade de 1.º Secretário da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide, eleito pelo Movimento Independente pelo Concelho de Fronteira (MICF), venho submeter à apreciação e deliberação do Executivo o Processo de Candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL, referente à Requalificação e Modernização do Edifício-Sede da Junta de Freguesia.

O processo encontra-se completo e organizado, integrando os seguintes documentos:

1. **Proposta para Deliberação do Executivo**
2. **Nota de Enquadramento Estratégico**
3. **Memória Descritiva Técnica**
4. **Cronograma de Trabalho**
5. **Checklist de Controlo Interno**
6. **Documentação complementar necessária à instrução da candidatura**

Solicita-se ao Executivo que delibere sobre:

- a aprovação da candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL;
- a aprovação da Memória Descritiva Técnica e do enquadramento estratégico;
- a autorização para solicitar orçamentos e parecer técnico à Câmara Municipal de Fronteira;
- a autorização para proceder à submissão formal da candidatura à CCDR Alentejo;
- o registo da deliberação em ata.

A intervenção proposta é essencial para garantir acessibilidade, segurança, eficiência energética e qualidade no atendimento ao público.

Com os melhores cumprimentos,

Cabeço de Vide, 24 de Fevereiro de 2026

1º Secretário eleito pelo MICF



José Filipe Reiguerira D'Oliveira

CHECKLIST DE CONTROLO INTERNO

1. Objetivo da Checklist

A presente checklist assegura que todas as fases da candidatura ao Regime de Cooperação Técnica e Financeira da DGAL são executadas com rigor, rastreabilidade e conformidade institucional, garantindo transparência perante o executivo, a CCDR Alentejo e a DGAL.

2. Checklist Geral do Processo

Fase 1 — Preparação Interna

Item	Descrição	Estado
1.1	Proposta ao Executivo elaborada	<input type="checkbox"/>
1.2	Memória Descritiva Técnica concluída	<input type="checkbox"/>
1.3	Nota de Enquadramento Estratégico concluída	<input type="checkbox"/>
1.4	Cronograma de Trabalho preparado	<input type="checkbox"/>
1.5	Aprovação formal do Executivo obtida	<input type="checkbox"/>
1.6	Estrutura documental criada (pastas e subpastas)	<input type="checkbox"/>

Fase 2 — Orçamentos

Item	Descrição	Estado
2.1	Pedido de orçamentos enviado (mínimo 3 por categoria)	<input type="checkbox"/>
2.2	Receção dos orçamentos	<input type="checkbox"/>
2.3	Quadro comparativo elaborado	<input type="checkbox"/>
2.4	Orçamento consolidado definido	<input type="checkbox"/>
2.5	Arquivo dos orçamentos em PDF	<input type="checkbox"/>

Fase 3 — Parecer Técnico da Câmara Municipal

Item	Descrição	Estado
3.1	Pedido de parecer enviado	<input type="checkbox"/>
3.2	Memória Descritiva e orçamento consolidado anexados	<input type="checkbox"/>
3.3	Parecer técnico recebido	<input type="checkbox"/>
3.4	Ajustes integrados (se aplicável)	<input type="checkbox"/>
3.5	Arquivo do parecer	<input type="checkbox"/>

Fase 4 — Dossier Técnico Final

Item	Descrição	Estado
4.1	Documentos consolidados	<input type="checkbox"/>
4.2	Revisão técnica final	<input type="checkbox"/>
4.3	Dossier final preparado (PDF/Word)	<input type="checkbox"/>
4.4	Revisão interna final	<input type="checkbox"/>
4.5	Arquivo da versão final	<input type="checkbox"/>

Fase 5 — Submissão à CCDR

Item	Descrição	Estado
5.1	Carta de submissão elaborada	<input type="checkbox"/>
5.2	Dossier entregue à CCDR	<input type="checkbox"/>
5.3	Comprovativo de entrega arquivado	<input type="checkbox"/>
5.4	Resposta a pedidos de esclarecimento	<input type="checkbox"/>

Fase 6 — Decisão DGAL

Item	Descrição	Estado
6.1	Acompanhamento do processo	<input type="checkbox"/>
6.2	Resposta a pedidos adicionais	<input type="checkbox"/>
6.3	Receção da decisão	<input type="checkbox"/>
6.4	Análise das condições de financiamento	<input type="checkbox"/>
6.5	Arquivo da decisão	<input type="checkbox"/>

Fase 7 — Execução da Obra

Item	Descrição	Estado
7.1	Contratação efetuada	<input type="checkbox"/>
7.2	Execução dos trabalhos acompanhada	<input type="checkbox"/>
7.3	Autos de medição verificados	<input type="checkbox"/>
7.4	Faturas conferidas e arquivadas	<input type="checkbox"/>
7.5	Relatório final elaborado	<input type="checkbox"/>
7.6	Pedido de pagamento submetido	<input type="checkbox"/>
7.7	Encerramento do processo	<input type="checkbox"/>

Esta checklist garante que todas as etapas do processo são cumpridas com rigor, permitindo auditoria, transparência e controlo institucional em todas as fases da candidatura e execução da obra.